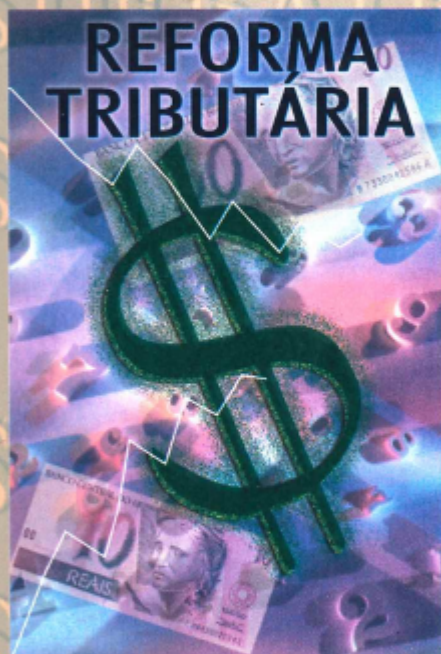


# CADERNOS DO PFL DEBATES

Agosto de 2003 - nº 28 - 2ª Fase



**Jorge Bornhausen:** "CONTRIBUIÇÃO" QUER DIZER "MÃOS AO ALTO" - GOVERNAR É AUMENTAR IMPOSTOS? - MOINHOS DE VENTOS OU IMPOSTOS EXORBITANTES? - ASSALTO À CLASSE MÉDIA - **Vilmar Rocha:** MENOS IMPOSTOS MAIS EMPREGOS - UNIFICAÇÃO DO ICMS EM TROCA DO QUÊ? - FICA LULA - **Marco Maciel:** PRAGMATISMO TRIBUTÁRIO - **Paulo Octávio:** IMPOSTOS INSONEGÁVEL, SIMPLES E BARATO - **João Alves Filho:** EQUÍVOCOS DE UMA REFORMA TRIBUTÁRIA - **Gustavo Krause:** SONEGAÇÃO FISCAL - O CRIME COMPENSA? - **Marcos Cintra:** UMA SUGESTÃO DE REFORMA TRIBUTÁRIA - **Paulo Kramer:** DONA MARIA ESTÁ FICANDO BRAVA - **Paulo Rabello de Castro:** TRIBUTÁRIA: AINDA DÁ PARA SALVAR ESSA REFORMA - A NOVA ESQUERDA NEOBURGUESA - **José Avelino Pereira:** REFORMA TRIBUTÁRIA E OS MICROEMPRESÁRIOS E EMPREENDEDORES.

## UMA SUGESTÃO DE REFORMA TRIBUTÁRIA

Duas condições, aparentemente contraditórias, devem ser atendidas para viabilizar a reforma tributária.

A primeira é o governo não perder arrecadação. Teoricamente, seria desejável aumentar as receitas tributárias para obter o superávit primário necessário para evitar que a dívida pública aumente proporcionalmente ao PIB e para atacar a deterioração da credibilidade do país no tocante à sua capacidade de servir suas dívidas interna e externa. Portanto, na visão do governo, é essencial que a carga tributária permaneça constante ou que possa ser aumentada. Mas vale lembrar que a carga tributária já é excessiva, de 37% do PIB, uma marca só encontrada em países desenvolvidos.

A segunda condição é não matar a galinha dos ovos de ouro. O ideal seria reduzir a carga tributária, gerando condições de estímulo à competitividade da produção nacional e de incremento da taxa de formação de capital. A excessiva carga tributária atual gerou elevada sonegação e evasão tributárias, criando um sistema onde os setores mais inseridos na economia formal são forçados a arcar com carga tributária insuportável, enquanto os setores informais e os sonegadores carregam custos tributários bem mais baixos que a média nacional.

A solução óbvia para compatibilizar essas condições seria o crescimento econômico, que permitiria aumentar a arrecadação com redução do ônus tributário individual. Isso deveria ser possível sem aumento, ou mesmo com queda, da carga tributária em relação ao PIB. Infelizmente, não são essas as condições da economia brasileira atual.

As alternativas convencionais de reforma tributária não são capazes de satisfazer simultaneamente às duas condições descritas acima.

A Comissão Especial de Reforma Tributária da Câmara dos Deputados, CRT, produziu um texto que cria novos impostos e aumenta a alíquota de tributos existentes. Isso se tornou necessário para compensar a perda de arrecadação resultante da eliminação dos impostos "cumulativos", como PIS, CPMF e ISS, e também do ICMS e do IPI. Os tributos eliminados seriam substituídos por um novo imposto sobre valor agregado, IVA, cuja meta de arrecadação necessitaria de uma alíquota de entre 25% e 30% para garantir a manutenção dos atuais níveis de receita.

O que os defensores dessa proposta não percebem é que não é na cumulatividade, mas na evasão de impostos, que se encontra o maior problema do sistema tributário atual. A elevação das alíquotas dos impostos declaratórios convencionais seria forte indutora do aumento da sonegação e do crescimento da economia informal.

O caminho da reforma tributária deve passar por uma proposta inovadora, composta por impostos não-declaratórios, como os impostos sobre movimentação financeira. A proposta de criar um tributo como o imposto único surgiu em 1990 e ganhou defensores em todo o país. Apesar da resistência daqueles que tiram benefício do status quo, o imposto único ganhou concretude legislativa e está à disposição da mesa diretora da Câmara dos Deputados para ser levado a plenário e votado.

A PEC 474/01, do Imposto Único Federal (IUF), consiste na criação de um tributo sobre as transações financeiras para substituir 11 impostos federais. A intenção é aplicar uma alíquota estimada em 1,7% no débito e 1,7% no crédito de cada lançamento bancário.

A substituição dos 11 tributos pelo IUF garantirá neutralidade orçamentária. O novo tributo será apenas uma alteração de fontes de recursos para o governo. A partilha entre os Estados e os municípios, como o financiamento dos fundos, programas e projetos, não se alterará. O Executivo não perderá receita. Estados e municípios poderão aderir ao sistema posteriormente e substituir seus respectivos tributos pelo imposto sobre movimentação financeira.

Essa proposta torna possível atender às condições acima descritas, manter ou até aumentar a arrecadação e,



concomitantemente, diminuir a carga tributária sobre os contribuintes individuais.

Impostos sobre a movimentação financeira são difíceis de serem sonegados, e as possibilidades ainda existentes poderão ser facilmente eliminadas mediante algumas providências administrativas simples, porém altamente eficazes, a serem tomadas na regulamentação do novo sistema tributário.

Os grandes méritos do imposto único são quase eliminar a sonegação e a evasão, universalizar a base tributária nacional, reduzir os elevados custos administrativos e eliminar os custos de conformidade vinculados às chamadas obrigações acessórias do sistema tributário nacional. Nesse modelo, os que pagam impostos demais passariam a pagar menos enquanto os que sonegam passariam a contribuir com sua justa parte na divisão do ônus tributário. A desoneração das exportações seria ampliada até a totalidade da carga tributária incidente na produção, o que não ocorre hoje. A incidência na importação garantiria a isonomia produtiva. A arrecadação poderia manter-se constante ou até aumentar. A carga tributária poderia manter-se constante ou diminuir.

O resultado dos trabalhos da Comissão Especial do Imposto Único e a aprovação do parecer final do deputado Carlos Eduardo Cadoca foram fundamentais para que o

presidente Lula possa contar, em 2003, com um projeto amplo e viável para a economia do país.

O imposto único foi avaliado pelo Datafolha, conforme matéria publicada nesta Folha em 1º de agosto último, e demonstrou ser aprovado por perto de 70% entre os quase 40% da população que conhecem a proposta. Não há projeto econômico que tenha um grau tão alto de conhecimento e de aprovação.

**Marcos Cintra, Presidente do  
Instituto Tancredo Neves  
do Estado de São Paulo**